

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS E REMOÇÕES URBANAS

Débora Wobeto ¹
Carmem Zeli de Vargas Gil ²

RESUMO

Este texto apresenta reflexões sobre o processo de remoção e reassentamento de moradores da Vila Dique de Porto Alegre/RS/Brasil, resultante de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido no âmbito do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rodas de memórias e oficinas de fotografia e cinema foram estratégias utilizadas para conhecer como os moradores ressignificam a história do local a partir de suas trajetórias. Ao mesmo tempo, possibilita discutir o conceito de patrimônio para além do consagrado pelas políticas de patrimonialização. O que consideram patrimônio da Vila? O que preservar do antigo território? A pesquisa resultou em três publicações, dois vídeos-documentários, a construção de marcas de memória em três instituições no conjunto habitacional e diversos artigos em eventos acadêmicos, dando visibilidade à situação das famílias, o que permitiu divulgar, publicizar e alimentar novas discussões sobre o lugar e o acontecimento da remoção e reassentamento.

Palavras-chave: Moradia. Memória. Remoções urbanas. Patrimônio.

ABSTRACT

The paper shows reflections about the removal and resettlement process of residents of Vila Dique-Porto Alegre/RS/Brazil, resulting from an extension and research project developed in the History Course of the UFRGS. Memories meetings, photography workshops and movies were the strategies used in order to know how the inhabitants resignify the place history from their trajectories. Simultaneously, it allowed the discussion about the concept of heritage beyond the consecrated by patrimonialization policies. What is considered as the Village heritage? What needs to be preserved from the old territory? The research resulted in three publications, two video documentaries, the construction of memory marks in three institutions of the housing estate and several articles in academic events. That gave visibility to the families' situation, which allowed us to disclose, publicize and feed new people's discussions about the place and event of removal and resettlement.

Keywords: Dwelling. Memoirs. Urban removals. Heritage.

¹ Débora Wobeto, Porto Alegre, Brasil, UFRGS; Bacharela em Ciências Sociais, cursando licenciatura em Ciências Sociais e bolsista do Projeto Memórias da Vila Dique;

² Carmem Zeli de Vargas Gil, Porto Alegre, Brasil, UFRGS; Professora de Ensino de História/ Faculdade de Educação e coordenadora do Projeto Memórias da Vila Dique;

1 INTRODUÇÃO

Buscando acompanhar o que se passa na vida das pessoas quando ocorrem processos de remoção e reassentamento urbano, uma equipe constituída de acadêmicos profissionais da área da saúde e da educação vem realizando um estudo etnográfico sobre o cotidiano dos moradores da Vila Dique, em Porto Alegre/RS, reassentados no Conjunto Habitacional Porto Novo desde 2009. O estudo é viabilizado a partir de um projeto de extensão cadastrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2010. Em 2011, as atividades foram iniciadas efetivamente com reuniões de estudo, caminhadas na Vila e rodas de memórias com os moradores mais antigos. Em 2012, com recursos do Programa de Extensão Universitária (PROEXT 2012 – MEC/SESu), os encontros e as rodas de memórias foram intensificados com o objetivo de compor o Caderno de memórias com as falas dos moradores, as fotos produzidas durante os encontros e o Caderno de textos, com artigos sistematizando as aprendizagens da equipe. Em 2013, também com recursos assegurados pelo PROEXT 2013 – MEC/SESu, as atividades do projeto foram direcionadas para o público jovem com vistas na produção de um documentário em vídeo que cartografa as práticas culturais dos jovens entre o “novo” e o “velho” território. Em 2014 mantiveram-se as rodas de memórias e entrevistas e, com as histórias narradas pelos moradores, produziram-se marcas de memórias, ou seja, diferentes composições retratando o patrimônio dos moradores e que foram apresentadas em praças e ruas, como também nos espaços das instituições. Em 2015, após cinco anos e com a produção de três livros, dois documentários e mais de uma dezena de artigos, monografias e dissertações, o projeto está focado nos pequenos grupos que se formam no novo território, organizados em torno de uma prática ou um desejo que, de alguma forma, tem a ver com a apropriação deste novo território: grupo de skatistas e da horta comunitária, composto essencialmente pelas mulheres do Clube de Mães Margarida Alves, entidade de mães-mulheres que fizeram a Vila Dique.

Neste artigo a narrativa dos sujeitos é revisitada para compreender os sentidos do morar. A moradia transforma-se e contribui para a produção de

diferentes modos de existir, ao mesmo tempo em que se produz a partir dos desafios da vida. *Descortinam-se, assim, lutas, sonhos e desventuras sobre o morar: chegar, partir, ficar, voltar, manifestam-se em seus múltiplos significados, favorecendo a compreensão da importância da casa para cada um. Tal contexto possibilita a ampla compreensão do patrimônio como constituindo algo maior do que o consagrado pelas políticas de patrimonialização.*

2 MATERIAL E METODOLOGIA

A partir de metodologia qualitativa, que envolveu Rodas de Memóriasⁱ e oficinas de fotografia com moradores de diferentes faixas etárias, intentou-se acompanhar o processo de remoção e reassentamento. A escolha pela realização das rodas teve como inspiração as palavras de Antoinette Errante (2000, p. 167), já que a narrativa, no contexto do pertencimento a um grupo, possibilitou verificar que “a ‘voz’ narrada nessas estórias era uma voz coletiva; era uma experiência ‘do nós’, e, talvez por essa razão, requeria um contexto ‘do nós’ para as pessoas narrarem”. Esse encontro não seria possível se a opção fosse pela entrevista individual. Conforme sintetizou em seu artigo uma das bolsistasⁱⁱ do projeto, as Rodas de Memória:

Diferentemente de um grupo de discussão, todos se conheciam e partilhavam vivências. O convite era para que falassem sobre a Vila Dique: por que vieram para esse lugar? O que encontraram? O que fizeram? Como viviam? O que esperavam para o futuro? O objetivo era ouvir os participantes, inserindo-os em um ambiente que possibilitasse o diálogo e a conversa, sem instigá-los à discussão. Essa dinâmica se aproxima muito mais de um diálogo, no qual a estrutura de entrevista – pergunta/resposta – não existe. Desta forma os moradores reunidos conversavam sobre os significados pessoais e partilhados de suas experiências e as memórias em relação a um determinado assunto afluíam, sendo que uma fala instigava a

lembrança de outra pessoa, o que mantém o fluxo de memórias (ASSUNÇÃO, 2013, p. 45).

Sobre as oficinas de fotografias, outro bolsista do projeto escreve:

Ao final, pretendemos mostrar que o registro fotográfico vem sendo alvo de estudos na área da história com bastante ênfase. Sendo assim, o projeto memórias da Vila Dique se insere nesse conjunto de estudos com uma peculiaridade muito especial: fotografias foram feitas por todos os participantes do projeto, ou grande parte deles. Essas fotos são o registro de diversas visões, o que torna o projeto, mais do que plural, uma fotografia feita a muitas mãos, ou melhor, a muitos olhos. Essa visão plural do projeto me cativou desde o início (CANTO, 2013, p. 59).

Do ponto de vista teórico, o projeto baseia-se na suposição de que a memória é um elemento importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo para a reconstrução de si. Compreende-se que a história, o passado, os pertencimentos concedem cidadania. Porém, falamos aqui de uma história que se constitui como expressão da pesquisa histórica e não mero instrumento de produção de identidades. **A história é espaço de encontro dos grupos com seu próprio passado e também com o passado de outros grupos. Assim, o passado apresenta-se como experiência singular que ajuda a pensar o presente, a agir e a reagir.**

Nas palavras de Pollack (1989, p. 8) “[...] o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”. Ou, segundo Thomson (1997, p. 80), “[...] as maneiras pelas quais contamos nossas histórias do passado são uma das formas cruciais pelas quais construímos nossa percepção de quem somos agora”. Nesse sentido, um trabalho de escuta com os grupos populares é potente na medida em que contribui para a construção de diferentes representações de si e do grupo, diante da discriminação e desvalorização destes grupos pelos demais habitantes da cidade.

Thomson (2002, p. 358) observa que “[...] nossas lembranças de quem fomos e de onde viemos moldam nosso sentido do ‘eu’ ou de identidade no presente e, dessa forma, afetam as maneiras como construímos nossas vidas”. A memória oral, ao valorizar as experiências dessas pessoas, mobiliza a todos para a participação e evidencia vínculos com o lugar de moradia.

Outro aspecto a considerar, a partir das palavras de Milton Santos (2008), diz respeito à tensão entre o tempo da ação e o tempo da memória na apropriação do novo lugar, o que implica construir outros hábitos e outros saberes, deixando de lado antigos modos de ser e viver. Para o autor:

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, um processo sempre inovado (SANTOS, 2008, p. 330).

Um lugar compartilhado por um grupo de pessoas assim se constitui na medida em que adquire significado histórico e afetivo para aqueles que o habitam. Portanto, as memórias significam o espaço e contribuem para a construção de pertencimentos futuros no lugar. É possível perceber facetas da vida do “homem simples” imbricadas na sua relação com o espaço e distantes das representações do senso comum, associadas à marginalidade e à violência. Outro aspecto interessante trazido pelo autor é pensar os processos migratórios na perspectiva da ampliação da presença dos pobres na cidade, o que enriquece a diversidade socioespacial, que se manifesta na produção da materialidade de bairros e lugares; formas de trabalho e de vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há mais de 40 anos famílias oriundas do interior do Rio Grande do Sul, de característica rural, começaram a povoar a área próxima ao Aeroporto Salgado Filho, a partir da qual começaram a empreender uma longa luta pelo direito de morar com acesso à educação, saúde e trabalho. Nas palavras de um morador:

Uma das coisas importantes também é que, desde que a gente veio morar na Dique, sabíamos que um dia iríamos ser removidos daqui. Mas, mesmo assim, quando íamos na Prefeitura ou vinha alguém de lá para fazer reunião, quando nós buscávamos melhorias para a vila, o pessoal dizia: mas não adianta, a vila vai ser removida, e depois vocês vão fazer o quê? Então, nós dizíamos: enquanto a vila continuar, nossas crianças precisam de educação, saúde, dos direitos que temos como seres humanos. E nós nunca desistimos disso, fomos em busca. Quando começou a negociação da vila: sai, não sai, vai para onde, como, uma das coisas que a gente sempre esperava ter era garantia de direitos. E as conquistas que nós tivemos aqui, então (Roda de Memória I, 2011)ⁱⁱⁱ.

Ao ser deflagrada a remoção, cada família precisou romper com modos anteriores de viver e reconfigurar os pertencimentos no novo território. *Armaram-se novas sociabilidades, considerando que a transferência foi empreendida aos poucos, desfazendo laços, deixando escombros, criando vazios. No reassentamento as mesmas pessoas reencontram-se em outros lugares, outras calçadas, outras relações e enfrentam novos desafios.* No final de 2014, 300 pessoas ainda permaneciam na Vila Dique aguardando a remoção em meio ao que restou das casas dos antigos moradores – um cenário de destruição. Para os moradores, esse processo pode ser sentido e expressado de múltiplas formas:

[...] a gente sente quando tem que sair de um lugar pra outro, mas espera

ir pra um melhor, porque o melhor nunca dá pra rejeitar. Todos estão atrás sempre, um na companhia do outro, pra pegar o melhor... Eu acho que por isso conseguimos ficar aqui até hoje, porque cada um fez a sua parte, se esforçando pra adquirir o melhor pra Vila (Roda de Memória II, 2012).

Às vezes eu acho bom. Às vezes eu acho ruim. A gente já tá acostumado aqui. Vai ter tudo que tem aqui agora lá também... Vai ser bom, o certo seria melhor (Roda de Memória II, 2012).

[...] Mas eu creio que a gente vá pra um lugar melhor, onde dá pra tu dizer 'agora eu vou morar no que é meu', que aqui nunca dá pra dizer que... Claro, acho que cada um tem o seu direito, mas nunca dá pra dizer que aqui é meu porque tu não tens como apresentar um papel, um documento (Roda de Memória II, 2012).

Trata-se, portanto, de memórias coletivas de pessoas com experiências compartilhadas. Os fragmentos das histórias pessoais conectam identidades coletivas^{iv} que informam sobre a Vila em diferentes tempos, o que nos remete a Thomson (1997) ao escrever sobre a relação entre memória e identidade. Segundo o autor: "Ao narrar, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser" (THOMPSON, 1997, p. 57). Na mesma direção, Pollak anuncia que:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p 5, grifo nosso).

A memória está, portanto, imbricada nas identidades de uma pessoa ou grupo e é

estruturada a partir de preocupações do momento presente. Possibilita que os sujeitos percorram a temporalidade de suas vidas; é quase um refúgio para compreender quem somos. A vida é, portanto, o que lembramos e como lembramos ao narrar. Para Marieta Ferreira (2000, p. 26), a memória presentifica o passado, “[...] é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. **A memória cruza tempo passado, presente e futuro; identidades e projetos de vida; revelação e ocultação, constituindo a continuidade e a certeza de que não vamos nos perder no esquecimento ou no eterno presente.**

Os acontecimentos da vida coletiva ou individual são evocadores para o afloramento de lembranças. Pollak (1992, p. 2) vai além, anunciando como elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos pelo grupo de pertencimento: “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”³. Em segundo lugar, a memória é constituída por pessoas ou personagens encontrados no decorrer da vida e aqueles conhecidos indiretamente, ou seja, pessoas que marcaram a época de vivência de cada um por sua atuação pública. Além dos acontecimentos e das pessoas, Pollak (1992) propõe os lugares “[...] ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. Pode ser um lugar marcante de uma vivência da infância ou da juventude, por exemplo. E, na memória mais pública, destacam-se os lugares de comemoração que marcam o espaço público com as escolhas do que lembrar.

Assim, ao ler as transcrições das narrativas nas Rodas de Memórias, a atenção recaía em alguns aspectos, como: sobre quais temas os participantes das rodas queriam falar mais? Quais assuntos silenciavam, ou seja, quais temas não eram falados? A que lugares, pessoas e acontecimentos faziam referência? O que consideram patrimônio da Vila? O que preservar do antigo território?

Desse rico processo de contar/escutar emerge um “nós, moradores...” que se afirma nas lutas que fizeram de um dique um lugar para viver. Trata-se da luta pelo direito de ter a própria casa, pois ela é referência, lugar de trocas que reafirmam laços familiares. **Certeau (1996) e Bachelard (1978) auxiliam a compreender os sentidos do morar, indicando como o lugar da moradia reescreve os sentidos do passado. Nesse aspecto, é possível pensar o conceito de patrimônio não como herança ou resgate de tradições, mas associado ao de referência coletiva.**

A noção de patrimônio esteve por muito tempo vinculada aos bens materiais – histórico e artístico – com estreito vínculo aos grupos mais elitizados. A ampliação do conceito de patrimônio com o reconhecimento das culturas populares tradicionais resultou do debate iniciado na segunda metade do século XX em diferentes áreas de conhecimento. Introduziu-se nas políticas de patrimonialização os termos “imaterial” e “intangível”, anunciando o conceito de referência cultural^v que permite pensar o patrimônio não somente restrito às comunidades tradicionais, mas também fazendo valer o que, por exemplo, moradores de vilas e favelas consideram como significativo em suas trajetórias de vida.

Zaluar e Alvito (1999), ao estudarem as favelas do Rio de Janeiro, defendem o argumento da resistência o que impediu que o Rio se tornasse uma cidade mais europeia do que brasileira, pois continuaram a existir a capoeira, as festas populares e o samba. Para os autores a favela é o:

[...] espaço onde se produziu o que de mais original se criou culturalmente nessa cidade: o samba, a escola de samba, o bloco de carnaval, a capoeira, o pagode de fundo de quintal, o pagode de clube. Mas onde se faz outro tipo de música (como o funk), onde se escrevem livros, onde se compõem versos belíssimos ainda não musicados, onde se montam peças de teatro, onde se praticam todas as modalidades esportivas, descobrindo-se novos significados para a capoeira, misto de dança,

³. Ibid, p. 2

esporte e luta ritualizada (ZALUAR; ALVITO, 1999, p. 22).

As manifestações culturais protagonizadas pelas vilas e favelas não estão restritas ao Rio de Janeiro ou ao samba e ao carnaval. As memórias de ocupação e construção própria do lugar emergem como referência para a continuidade de sua existência como grupo. No caso dos reassentamentos, as antigas lutas são renovadas no novo lugar de moradia e a formação de grupos é, também, uma forma de resistir à ausência do Estado e manter uma identidade de “morador da Vila”.

Michel de Certeau (1996, p. 203) fala da casa como “o território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das ‘artes do fazer’ [...]”. Na disposição dos objetos, a casa revela uma certa imagem de seus moradores; é uma “confissão involuntária de uma maneira mais íntima de viver e de sonhar” (CERTEAU, 1996, p. 204), reveladora das ambições sociais, do cuidado, da renda e dos valores de seus habitantes. É, principalmente, o lugar do corpo para descansar, fugir, sonhar, amar, nutrir-se, conviver e planejar a vida que segue. Como anuncia Certeau (1996), nesse espaço íntimo a criança cresce e vai construindo jeitos de agir, sofrer e desejar; o corpo doente encontra refúgio (ou não); o corpo cansado encontra o aconchego (ou não). É no espaço da casa que:

[...] as famílias se reúnem para celebrar ritmos do tempo, confrontar a experiência das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças, superar as provas, todo aquele longo trabalho de alegria e de luto que só se cumpre ‘em casa’, toda aquela lenta paciência que conduz da vida à morte no correr dos anos (CERTEAU, 1996, p. 206).

Bachelard (1978) apresenta a casa como o nosso “canto do mundo”, que permite habitar com segurança outras partes do mundo. Sem ela o ser humano seria um estrangeiro ou um ser disperso, sem lugar. A casa é, então, um espaço que cria as raízes do homem no mundo. Portanto, Certeau (1996) e Bachelard (1978) falam da casa como lugar que constitui o ser, por isso ela é um dos

fundamentos da existência humana.

O que é simbolicamente a casa? O espaço da moradia contém em si diferentes sentidos e as narrativas evocam as relações estabelecidas com a casa, descrita sob vários pontos de vista. Modos de existir são produzidos e inventados como projeto coletivo de vida. É bom quando é para todos. Construir a Vila Dique foi um empreendimento coletivo na forma de um conjunto de ações que transformou um dique em um lugar para se viver. Sair desse lugar é também um empreendimento coletivo que implica retomar lutas, refazer vínculos e buscar o atendimento das necessidades sociais básicas para todos. As relações de vizinhança na Vila determinaram a construção de uma experiência social traduzida em vínculos de solidariedade que se iam tecendo, ao mesmo tempo em que também as dificuldades de convivência se manifestavam nos dois territórios – a Vila Dique e o Porto Novo.

Morar na casa onde não tinha como morar é, de certa forma, uma denúncia de que a moradia como direito não é garantida aos brasileiros e brasileiras. A casa, como lugar onde as pessoas cuidam de si e para o qual podem retornar a cada dia, ainda parece ser, para muitos, um espaço da precariedade, o que faz com que a vida aconteça em meio a impossibilidades.

Henri Lefebvre (2001), em seu livro *Direito à Cidade*, adverte que a cidade preexiste à industrialização, mas esta define transformações profundas que reconfiguram os valores cotidianos da vida nesse espaço. Na década de 1950, com o avanço da indústria brasileira, houve o crescimento urbano e intervenções do Estado para adequar a cidade às novas exigências da vida cidadina. No entanto, tais mudanças acentuaram também as desigualdades de moradia: enquanto a classe média crescia e tinha acesso a financiamentos, as classes pobres construía moradias precárias em loteamentos ilegais.

Na década de 1960, os governos militares, na tentativa de controlar o crescimento das favelas e das ocupações irregulares, criaram o Banco Nacional de Habitação, responsável pelo primeiro grande programa habitacional do país, que perdurou até 1986 quando diversos fatores econômicos contribuíram para sua extinção.

Também o projeto das Companhias de Habitação do (COHABs), com financiamento de moradias populares, logo entrou em crise, sobretudo devido à inadimplência decorrente da perda do poder de compra do salário mínimo. Isso fez com que os financiamentos fossem dirigidos às famílias de classe média. Aos grupos populares restou a moradia precária, em espaços desvalorizados da cidade, cujo acesso consistia na compra de lotes irregulares e autoconstrução.

Os movimentos sociais trouxeram a questão do acesso à terra urbana e a igualdade social no topo da lista da agenda política e de desenvolvimento, criando o cenário para a aprovação, em 2001, do Estatuto das Cidades. Tratava-se de repensar a geografia urbana, marcada pela composição de bairros com equipamentos urbanos modernos ao lado de outros marcados pela ausência de infraestrutura, riscos de inundações e vulnerabilidade das edificações.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida^{vi}, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$34 bilhões de subsídios (sendo R\$25,5 bilhões do Orçamento Geral da União, R\$7,5 bilhões do FGTS e R\$1 bilhão do BNDES) para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos, o que também geraria empregos e renda.

Nas palavras de Raquel Rolnik (2012), vivemos hoje um paradoxo em relação à moradia popular: contamos com consideráveis investimentos públicos para habitação popular e, ao mesmo tempo, tem ocorrido um aumento dos conflitos por moradia no Brasil.

[...] nunca nas últimas décadas tivemos investimentos públicos, de orçamentos e financiamento tão grandes na produção de moradia, inclusive para as faixas de renda de zero a três salários mínimos e de três a cinco, que historicamente são as que têm maior demanda de intervenção pública. [...]. Além disso, temos um ordenamento jurídico de respeito ao direito à moradia. A Constituição

define o direito à moradia com um direito humano e reconhece o direito de posse dos ocupantes de terrenos públicos ou privados que não tiveram alternativa de acesso à moradia. [...] E, finalmente, tivemos a aprovação em 2005 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que prevê um pacto federativo entre União, estados e municípios, com controle social, voltado para subsidiar fortemente, com recursos, orçamentários, a produção de moradia para quem mais precisa (ROLNIK, 2012, p. 3).

Importante destacar também a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285-A, conhecida como PEC da Habitação, vinculada à Campanha Nacional pela Moradia Digna, que propõe a vinculação de 2% das receitas da União e 1% das receitas dos estados, Distrito Federal e dos municípios, durante 20 anos, aos respectivos Fundos e Habitação de Interesse Social. O projeto determina o que já é constitucional, ou seja, a universalização da moradia por meio de subsídio a famílias de zero a três salários mínimos. Essa resolução já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em Brasília, e aguarda debate no plenário.

4 CONCLUSÃO

No contexto da reflexão em torno dos modos de morar, manifestado nas rodas de memórias, emerge a luta pela moradia como a busca por um canto no mundo: “A gente veio morar aqui na vila porque não tinha alternativa. [...] Olha, eu vim, na verdade – não vou dizer que eu sou igual a uma andorinha –, mas eu vim na busca de alguma coisa como a andorinha que busca os seus galhos” (Roda de Memória II, 2012). Nos vestígios da memória aparece então a tentativa de compreender a importância do morar para os grupos populares: ainda que a realidade aponte para a consciência de especulação, mercado, direito negado, a expectativa do direito também remete para a noção de abrigo, esperança, luta, sonho. Em outros termos, seu patrimônio.

Talvez fosse potente nomear de patrimônio esse valor simbólico atribuído não à casa destruída ou à casa construída no novo território, mas ao que Goethe (apud ASSMANN, 2011) chama de solo. Aqueles locais que suscitam recordações que nos conduzem ao encontro do que fomos/somos.

A casa da avó, da qual só restaram montes de entulho, não é de interesse para ele. Quando ressalta tal coisa, Goethe incide bruscamente na linguagem dos especuladores de imóveis: o terreno em que estava o imóvel 'sucumbiu no bombardeio e agora, em grande parte coberto de montes de entulho, vale o dobro em relação ao que foi pago pelos atuais proprietários aos meus parentes, onze anos atrás'. Tal como o capital financeiro, também o capital simbólico não reside no edifício, mas no solo (GOETHE apud ASSMANN, 2011, p. 319).

Trata-se, portanto, de locais evocadores de memórias, porque conectam histórias de famílias independente das condições oferecidas ao morar. Por outro lado, a vida moderna é marcada pelo deslocamento e dificilmente as famílias nascem, crescem e morrem no mesmo lugar. Essa parece ser a tensão destes novos tempos entre a tradição e a modernidade: construir raízes em terras distantes ou manter-se fixo nos locais de famílias? E quando essa decisão não é uma escolha pessoal? Na lógica das remoções, quem exerce o direito da escolha? Como resistir diante de um "progresso" que percebe as pessoas como obstáculos? Parece que a "marcha da civilização" é desbravadora e segue empurrando os pobres para as margens da cidade, afinal, para os tecnocratas, tratam-se de "invasores", e não pessoas com histórias vinculadas a um lugar onde, com luta, construíram suas vidas.

Por tais razões é necessário insistir na força vinculativa dos locais e aproximá-la da noção de patrimônio, entendido como valor atribuído a alguma coisa por um grupo de pessoas. Neste caso, as lutas partilhadas no cotidiano são percebidas como algo valioso a ser transmitido às novas gerações; geralmente lutas renovadas por novos desafios que se impõem no lugar do

reassentamento. Talvez seja este um grande legado dos grupos populares aos seus, considerando o avanço do capital privado e o discurso da segurança, que acentua a categoria "marginal" ao se referir ao morador da vila/favela/periferia. É certo que a violência propaga-se em ambientes nos quais a vida das pessoas tem pouco significado. Portanto, as memórias dos grupos populares revelam suas posições no mundo e são uma forma de resistir à invisibilidade, à indiferença e ao descaso a que estão submetidas muitas das pessoas que vivem a situação de remoção e reassentamento.

O 'nós' que lutamos pela moradia é uma referência de identificação coletiva, faz do habitar um direito que reafirma a condição de sujeito político, confere dignidade e pode ser tomado como o primeiro passo em direção à conquista de outros direitos. Ao se identificarem como moradores que partilham um mesmo ideal e objetivo, os homens e mulheres da Vila Dique formulam outra representação do lugar e de si, sustentada não na experiência coletiva de exclusão e discriminação, mas no sentimento comunitário orientado por trabalho e luta.

Destaca-se, por fim, a dimensão pedagógica da extensão que vai além de uma atividade fora dos muros da universidade. Sugahara et al. (2011, p. 10) sinaliza que "[...] o acontecer no espaço tem como desafio as relações interpessoais, acentuando a necessidade de ações de extensão no território – espaço em que se dão as relações sociais". Compreender o que não está nos jornais, ampliar o ponto de vista, dialogar com outras realidades, saber mais do mundo dos sujeitos que estão nas escolas, ampliar a troca de saberes, aproximar a universidade da sociedade, vivenciar o estranhamento com a vida "do outro", refletir sobre os impactos das ações do Estado, avaliar as escolhas do poder público diante de eventos de grande visibilidade são algumas das questões que se percebem nas narrativas dos acadêmicos que participam da equipe do Projeto Memórias da Vila Dique. Talvez possamos nomear esse projeto de "um encontro": encontro com os moradores da Vila Dique e do Conjunto Habitacional Porto Novo, encontro com outras áreas de conhecimento e, também, um encontro dos acadêmicos com os desafios do fazer-se educador com os grupos populares.

i Para as reflexões empreendidas neste artigo consideraram-se as transcrições das rodas de memórias realizadas em 2011, 2012 e 2013 e o caderno de memórias publicado em 2013.

ii Parte deste artigo será construída com as falas da equipe, publicadas no caderno de texto Da Vila Dique ao Porto Novo: extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas.

iii As falas apresentadas nesta parte do texto resultam de Rodas de Memórias realizadas no âmbito do projeto Memórias da Vila dique. Todas as rodas eram gravadas, transcritas e discutidas com a equipe de pesquisa.

iv Identidades coletivas a partir das reflexões de Pollak (1992: 7): “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”.

v A noção de referência cultural já fazia parte dos debates sobre patrimônio nos anos 1970, marcando uma postura inovadora em relação à noção de patrimônio histórico e artístico, pois direcionava o olhar para o que não era consagrado. Hoje, no âmbito das políticas públicas, “Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc.” (Fonseca, 2000: 14).

vi O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3). Além da construção das unidades habitacionais propriamente dita (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários. Informações disponíveis no site <<http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

5 REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

BRASIL. Ministério do Planejamento. PAC. **Minha casa, Minha Vida**. Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. Entrevista I. [Agosto. 2013]. Entrevistador: Debora Wobeto. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo. mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e arquivada no banco de dados do projeto.

Entrevista II. [Outubro. 2012]. Entrevistador: Lourenço Stefanello Teixeira. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo.mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e arquivada no banco de dados do projeto.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

FERREIRA, Marieta Morais. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. n. 2, p. 111-120.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1- 15, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Roda de Memória I. [maio. 2011]. Mediador: : Carmem Zeli de Vargas Gil. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (120 min.).

Roda de Memória II. [abr. 2012]. Mediador: Amélia Medeiros Mano. Porto Alegre, 2013. 1 arquivo .mp3 (140 min.).

Roda de Memória III. [set. 2012]. Mediador: Renata Soares Costa. Porto Alegre, 2013. 1 arquivo .mp3 (110 min.).

Roda de Memória IV (Jovens). [Jun. 2013].
Mediador: Christiane Silveira Kammsetzer. Porto Alegre, 2013. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

ROLNIK, Raquel. **Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. Le Monde Diplomatique** Brasil, São Paulo, p. 2-3, 6 fev. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2008.

SUGAHARA, Cibele Roberta; BORGES, Dayse Maria Motta; OLMOS, Jose Antonio Bernal Fernandez; CARNIO, Marco Antonio; MANJATERRA, Renata; BRANDÃO, Silvana Cardoso. **Múltiplas ações no território: das necessidades e demandas sociais ao acontecer solidário**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.15, n.1, jul, 2011.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Depto. de História da PUC-SP**, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 341-364 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005>

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.